

La Educación Superior en Brasil: el proceso de internacionalización mercantil en el contexto de la financiarización del capital

Maria Wanessa do Nascimento Barbosa Franco

wanessabfranco@gmail.com.

<http://lattes.cnpq.br/7833611053373516>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rio Grande do Norte, Brasil.

Alda Maria Duarte Araújo Castro

aldacastro01@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6740-6257>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rio Grande do Norte, Brasil.

Recibido: 23/04/2023 **Aceito:** 11/07/2023

Resumen

Esta investigación analiza el proceso de internacionalización de la educación superior en Brasil, en el contexto de la financiarización del capital y sus repercusiones en la expansión de este nivel educativo. Tiene como presupuesto que la actual forma de organización del capital ha modificado el concepto de internacionalización de la educación superior que evolucionó de la movilidad académica, hacia la concepción de internacionalización transfronteriza defendida por la Organización Mundial del Comercio (OMC), en la cual las instituciones internacionales pueden vender sus servicios educativos e instalarse en otros países mediante adquisiciones/fusiones o participación en sociedades con instituciones nacionales, contribuyendo al proceso de mercantilización de la educación. Metodológicamente, el estudio se basó en la revisión bibliográfica, análisis documental y datos de los sitios web de CM Consultorías y Hoper Educación, referentes al tema. Se concluye que este proceso de internacionalización mercantil, en la actualidad, viabiliza una nueva tendencia de privatización, mediante la incorporación y/o adquisición de IES por conglomerados económicos, vinculados principalmente al sector financiero. Este proceso gana fuerza a través de la internacionalización y valorización del capital, mediado por la mundialización financiera, y ha transformado la educación en un servicio en detrimento de su carácter de derecho social.

Palabras clave: educación superior; financiarización; internacionalización; oligopolios educativos.

O Ensino Superior no Brasil: o processo de internacionalização mercantil no contexto da financeirização do capital

Resumo

Esta investigação analisa o processo de internacionalização da educação superior no Brasil, no contexto da financeirização do capital e suas repercussões na expansão desse nível educacional. Tem como pressuposto que a atual forma de organização do capital modificou o conceito de internacionalização da educação superior que evoluiu da mobilidade acadêmica, para a concepção de internacionalização transfronteiriça defendida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), na qual as instituições internacionais podem vender seus serviços educacionais e se instalar em outros países por meio de aquisições/fusões ou participação em sociedades com instituições nacionais, contribuindo com o processo de mercantilização da educação. Metodologicamente o artigo utilizou-se da revisão bibliográfica, análise documental e de dados dos sites da CM Consultorias e da Hoper Educação, referentes à temática. Conclui-

se que esse processo de internacionalização mercantil, na atualidade viabiliza uma nova tendência de privatização, pela incorporação e ou aquisição de IES por conglomerados econômicos, ligados principalmente ao setor financeiro. Esse processo ganha força por intermédio da internacionalização e valorização do capital, mediado pela mundialização financeira e tem transformado a educação em serviço em detrimento de seu caráter de direito social.

Palavras-chave: ensino superior; financeirização; internacionalização; oligopólios educacionais.

Higher education in brazil: the process of mercantile internationalization in the context of the financialization of capital

Abstract

This investigation analyzes the process of internationalization of higher education in Brazil, in the context of the financialization of capital and its repercussions on the expansion of this educational level. It assumes that the current form of capital organization has modified the concept of internationalization of higher education, which has evolved from academic mobility to the conception of cross-border internationalization advocated by the World Trade Organization (WTO), in which international institutions can sell their educational services and establish themselves in other countries through acquisitions/mergers or participation in partnerships with national institutions, contributing to the process of commodification of education. Methodologically, the article used a bibliographic review, documentary analysis and data from the websites of CM Consultorias and Hoper Educação, referring to the theme. It is concluded that this mercantile internationalization process currently enables a new trend of privatization, through the incorporation and/or acquisition of IES by economic conglomerates, mainly linked to the financial sector. This process gains strength through the internationalization and valorization of capital, mediated by financial globalization, and has transformed education into a service at the expense of its character as a social right.

Keywords: financialization; internationalization; educational oligopolies.

Introdução

A expansão da educação superior pela via da privatização e da mercantilização no Brasil não é um fenômeno novo, remonta aos anos da ditadura militar (1964-1985), período em que as matrículas do setor privado se tornaram predominantes. Esse processo intensificou-se nos anos de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a adoção das políticas neoliberais, tendo como marco importante no campo educacional, a promulgação da LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), pois regulamentou a livre oferta do ensino superior por IES privadas com fins lucrativas, legalizando o recebimento de recursos do fundo público e a mercantilização do ensino superior pelo setor privado.

Nesse contexto, a educação deixou de ser considerada um direito social e passou a ser concebida como um serviço, de cunho extremamente lucrativo com a incorporação de aspectos econômicos ao contexto educacional. Essa nova concepção de educação, por parte do sistema,

tem sido identificada como mercantilização da educação por dar à educação um viés de mercado, destituindo-a de seu caráter de direito social.

A forma mais avançada desse processo pode ser considerada a ocorrida no ano de 2007, com a entrada dos grupos educacionais, no mercado das bolsas de valores, possibilitando que a educação superior fosse submetida a dois movimentos importantes que vão contribuir para o fenômeno da mercantilização da educação superior no Brasil, as aquisições por meio dos fundos private equity¹ e pela abertura de capital das empresas educacionais na bolsa de valores Kato (2019).

Para Chesnais (1996) é por intermédio da mundialização financeira do capital que o atendimento educacional se consolida por intermédio das grandes empresas, oligopólios educacionais², tendo como objetivo evidente e claro a lucratividade. Uma das características primordiais desse contexto é a inserção de grupos estrangeiros e grupos educacionais no mercado de ações. Dessa forma, passaram a ser implementadas políticas de favorecimento do setor privado em detrimento do setor público, políticas essas que propiciam a consolidação do setor privado-mercantil, oportunizando o aumento dos processos de oligopolização e financeirização da educação.

Para discutir essa temática, o texto se estruturou em três seções. A primeira discute os diferentes conceitos de internacionalização do ensino superior a partir da sua ótica de solidariedade e a sua evolução para uma ótica de mercado. A segunda discute o fenômeno da financeirização e suas repercussões para a educação superior brasileira. A terceira seção analisa a presença de grupos internacionais no mercado educacional brasileiro e a expansão da educação superior com a formação dos grandes oligopólios.

A internacionalização do ensino superior: discutindo diferentes concepções

O processo de globalização trouxe como exigência a necessidade da internacionalização em todos os campos da sociedade, potencializados pela utilização das novas tecnologias da

¹ “Os fundos de Private Equity representam uma forma de financiamento para empreendedores e empresas que envolvem a aquisição de ações ou outros instrumentos com características semelhantes a ações (como debêntures conversíveis ou opções de compra de ações) de empresas que possuam alto potencial de crescimento, visando à revenda dessa participação à médio e longo prazo, com a conseqüente realização de ganhos de capital expressivos.” (Kameyama, 2001).

² O surgimento de oligopólios “na educação superior brasileira se dá sobretudo, a partir da fusão ou aquisição de instituições, organizações ou grupos que atuam na educação superior privada, permitindo o nascimento de conglomerados com elevado contingente de estudantes e assumindo a forma de monopólio” (Diniz; Oliveira; Lima, 2021, p. 2).

informação e comunicação. Nesse contexto, muitas são as nomenclaturas utilizadas para definir o processo de internacionalização da educação superior. Esses conceitos variam conforme os objetivos e as abrangências que esta venha a assumir. Assim, destacam-se, entre outros, conceitos: cooperação internacional universitária e internacionalização da educação superior (Siufi, 2009; Unesco, 2009); educação transfronteiriça (OCDE, 2019); internacionalização do ensino superior (Banco Mundial, 1995).

De acordo com a UNESCO (2009), a globalização consiste em um processo que requer várias abordagens conceituais e desencadeiam implicações econômicas, sociais, políticas e culturais para toda educação superior. O relatório esclarece que as terminologias globalização e internacionalização se correlacionam de forma a se complementarem.

Alguns autores, entre eles, (Miranda & Bentes, 2017; Siufi, 2009), entendem que o processo de globalização e, conseqüentemente, a internacionalização da educação superior têm como um de seus principais objetivos a padronização de um modo de conceber conhecimento e as práticas a partir de um modelo considerado mais adequado para o capital. Nesse cenário, os objetivos de cunho econômico e o crescente processo de internacionalização da educação estreitam suas relações, fortalecendo uma concepção de educação centrada na mercantilização conferida tanto pela sua inserção na produção de mercadorias como pela possibilidade de mobilizar divisas entre os países.

Entretanto, levando em consideração referências como Dias Sobrinho (2004) deve-se compreender o processo de internacionalização para além dos seus objetivos econômicos e focar na socialização do saber, de maneira solidária entre os diferentes países. O saber deve ser democrático e, desse modo, um bem público, para que os objetivos educacionais, sociais e culturais sejam preservados em detrimento de um único objetivo, que, na maioria das vezes, privilegia determinada parcela da sociedade.

Em outra perspectiva Harris (2005) entende que, a internacionalização se caracteriza como um processo no qual as empresas podem comercializar seus produtos e serviços fora do mercado de origem, tendo o enfoque no mercado externo e não mais no interno. Tal atitude evidencia que a importância essencial da educação não se caracteriza pela formação/construção de um profissional/cidadão, mas sim por fixar instituições educacionais onde possa haver mais lucratividade. Essas características demandam diferentes estratégias que podem contribuir para esses objetivos como: mobilidade de pessoas, circulação de programas, abertura de *campi* e pela instalação de instituições fora do país de origem, entre outros.

A presença de instituições em diferentes países da sua origem, caracteriza o que Knight (2002) denomina presença no exterior. Nesse sentido, há instituições de educação superior de países que compram parte ou mesmo se instalam autonomamente em outros países e promovem a formação graduada ou pós-graduada, angariando recursos que as mantêm líderes no mercado de educação superior mundial, seja em caráter presencial, seja na modalidade a distância. Trata-se da busca por alunado, que faz com que essas instituições cresçam para além das possibilidades de seus mercados locais.

A internacionalização na compreensão de Oliveira (2020), apresenta potencial de desenvolvimento de lados inegavelmente positivos de integração e fortalecimento dos sistemas de educação superior, sendo tratada como instrumento de produção do conhecimento em uma situação de construção conjunta, buscando a resolução de problemas de todos os partícipes desse processo. No entanto, tem sido usada para proporcionar o fomento de um verdadeiro comércio de conhecimento, intensificando a dualidade existente entre os países que sempre estiveram à frente da produção do conhecimento e aqueles que vivem na periferia do processo produtivo.

Ultrapassando o pensamento da cooperação, a internacionalização tem sido responsável principalmente, no que diz respeito às IES privadas, em direcioná-las para uma lógica de mercado, colocando a educação como um serviço internacional, que pode ser comercializado. Nesse sentido, Castro (2011) analisa

A internacionalização da educação superior configura-se, como uma das tendências que tem despertado um extraordinário interesse dos diversos países na década de 1990, pois nesse esquema, a educação em seus vários níveis e modalidades passa a ser um serviço internacional possível de ser comercializado como um bem de mercado (Castro, 2011, p. 6).

Muito embora o termo internacionalização venha sofrendo fortes modificações, Azevedo (2015) indica uma das mais significativas, que é o uso do termo transnacionalização, a critério de diferenciação o autor assinala que internacionalização diz respeito à solidariedade, ao processo de ajuda mútua. Ao nos referirmos ao termo transnacionalização ele se direciona ao comércio, no momento que se passa a tratar a educação como mercadoria.

No entendimento de Azevedo (2015), o processo de transnacionalização diz respeito a

oferta transfronteiriça de ensino, presencial ou a distância, por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro. Vale notar, no entanto, que há Instituições de Ensino Superior Privadas com sede no Brasil que são cotadas em bolsa e que têm participação acionária de indivíduos, sociedades, associações e fundos de capitais de origem estrangeira, caracterizando-se, por isso, também como uma modalidade de transnacionalização (Azevedo, 2015, p. 87).

Ao falarmos de transnacionalização evidenciamos que a tomada de decisões e implementação de ações de cunho mercadológico nas políticas de educação superior vão impactar diretamente na concepção de universidade que tem como prerrogativa a pesquisa, o ensino e a extensão. Karl Polanyi (2000) chega a dizer que as relações estabelecidas de forma a evidenciar princípios e necessidades pontuais e individualistas do mercado, acabam por ocasionar o desgaste da solidariedade, destruição da integração social, de forma a corroer os laços sociais, descredibilizando a educação como bem público.

Segundo Azevedo (2015) a mercadorização é interpretada como uma maneira de liberalizar a oferta de ensino, podendo ocorrer de diversas formas, dentre elas, destaca-se a expansão do ensino superior privado-mercantil, privatização direta, desresponsabilização do Estado, criação de quase-mercado³, estabelecimento de parcerias-público-privado (PPP), bem como, estímulo à competição, performatividade, *rankings* e indicadores.

Nesse sentido, as IES brasileiras que têm seu capital na bolsa de valores com “participação acionária de indivíduos, sociedades, associações e fundos de capitais de origem estrangeira, caracterizando-se, por isso, também como uma modalidade de transnacionalização” (Azevedo, 2015, p. 2), promovem um grande crescimento do setor privado-mercantil.

Essa situação acentua a dimensão centralizadora da atual fase do capitalismo, que ocorre principalmente pela aquisição e fusão entre corporações que passam a deter não apenas grande poder econômico, mas também poder político. Segundo Netto e Braz (2009, p. 24):

[...]em consequência dessa concentração e centralização, os grupos monopolistas (ancorados em organizações que se tornaram corporações mega empresariais) desenvolvem interações

³ Como um dos elementos estruturantes da transformação do papel do Estado na oferta da educação, tem-se a discussão e implantação da noção de quase-mercado, desde as décadas de 1980 e 1990, especialmente nos Estados Unidos e Inglaterra, cujas iniciativas têm sido referência para diversos países. (Sousa; Oliveira, 2003). Trata-se de um espaço de disputa por um bem altamente valorizado pela maior parte da sociedade: escolas e instituições consideradas boas. Há um mercado educacional, no caso das escolas privadas, no qual a capacidade econômica de comprar o serviço educação é decisiva, ainda que não seja um requisito exclusivo.

novas [...], nas quais a concorrência e a parceria encontram mecanismos de articulação que lhes asseguram um poder decisório especial. No topo dessas articulações, figura um restrito círculo de homens (e umas poucas mulheres) que constitui uma nova oligarquia, concentradora de um enorme poder econômico e político.

É nesse cenário dominado pelos critérios mercadológicos e capitalistas, que ocorre a grande expansão da educação superior no Brasil, vinculado às diretrizes internacionais oriundas dos grupos dominantes, marcando um processo recorrente na atual fase do Estado capitalista, em que o setor privado tem a primazia sobre o setor público. Portanto, observa-se a tendência da educação brasileira à sua privatização e submissão aos interesses do capital, enquanto a questão política desse nível de ensino passa a ser submetida a uma visão compensatória para as classes menos favorecidas, servindo de treinamento para os diversos níveis de divisão social do trabalho.

Financeirização da educação e as repercussões na internacionalização da educação superior brasileira

Enquanto modelo econômico-ideológico-social o capitalismo tem obtido êxito no que tange a sua perenidade como forma de organização da sociedade. Esta continuidade, todavia, deve-se à sua capacidade de, em meio às várias contradições que lhes são inerentes, conseguir mudar sua feição, quando não, sua forma de funcionamento, em alguns casos ainda, agregando novos setores sociais a sua manutenção (como o meio ambiente, a assistência social, entre outros), o que finda por torná-lo cada vez mais expansivo sobre a realidade social. Entretanto, estes mecanismos só têm possibilidade de se realizarem na medida em que aprofundam mais ainda suas contradições.

Um dos elementos que tem contribuído para possibilitar esse redimensionamento do capitalismo é a tecnologia. Dialeticamente imbricada com este, seu desenvolvimento é parte fundamental para sua manutenção. No que pese sua aparente funcionalidade social descompromissada com as aspirações do capital, o desenvolvimento da tecnologia que também pode contribuir para a construção de novas formas de organização social, avanços no campo da medicina e na prevenção de enfermidades, melhoria da qualidade de vida e do trabalho, tem demonstrado sua dificuldade de se associar a estes elementos, caindo quase sempre na captura e refuncionalização a partir dos interesses do capital.

O estágio atual de desenvolvimento do capitalismo impulsionado pelo refinamento das tecnologias informacionais elegeu “uma nova concepção do espaço e do tempo econômicos e sociais” (Carnoy, 2002, p. 27). Esse novo patamar em que as tecnologias informacionais

chegaram, permitiram a produção de uma série de novos negócios e mercados para o capital. A informação hoje tornou-se uma valiosa mercadoria, a qual possibilitou a criação de variadas empresas que as manipulam com muita eficiência, o que por sua vez, impacta decisivamente nas relações de trabalho e permite-lhes ampliar de várias maneiras a exploração das mais-valias relativas, absolutas e extraordinárias.

Com o desenvolvimento das tecnologias informacionais foi possível, dentre outros aspectos, consolidar a hegemonia do capital financeiro sobre a economia. Para Santos (2018) foi por meio delas que uma série de “produtos” do capital fictício ganharam as ferramentas necessárias para sua realização, tais como as vendas de seguros de todos os tipos, cartões de créditos, negociação de debêntures, dentre outros, sem desconsiderar a larga participação deste capital nos títulos de dívida pública, principalmente no conjunto dos países dependentes.

No campo educacional, a utilização das tecnologias, notadamente, a partir da década de 1990, ampliou as formas de privatização e de mercantilização da educação tanto com o seu uso nos cursos presenciais como à distância. Com o surgimento desse novo nicho educacional houve um despertar da concorrência entre os empresários nacionais e estrangeiros, impondo a necessidade de adoção de novas estratégias de livre mercado para obtenção de ganhos em escala mundial. Para Vale, Carvalho & Chaves, (2014), entre as estratégias adotadas pelos empresários do lucrativo setor estão a diversificação de cursos, especialização em nichos acadêmicos, a adoção de marketing que relaciona a formação/qualificação ao acesso imediato ao mercado de trabalho; os anúncios de promoções com descontos nos valores das mensalidades, as bolsas de estudo, financiamentos e intercâmbios estudantis entre universidades nacionais e internacionais e a profissionalização da gestão

É neste cenário de concorrência aguçada que o ensino superior passou a ser negociado no mercado financeiro, "viabilizado com a inserção de capital especulativo, com o ingresso de grupos estrangeiros, de capitais fechados e abertos e a inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores" (Chaves, Reis & Guimarães, 2018, p. 7). Este processo é denominado por alguns autores como "financeirização da educação superior".

Bem (2009, p. 12-13) explica a financeirização como “um modo de operação no qual uma parcela cada vez maior do excedente gerado nos setores produtivos da economia vem sendo deslocada para o setor financeiro”. Nesse contexto de economia, Bastos (2013) conceitua a financeirização como

[...] o modo atual de funcionamento do capitalismo global, originado na década de 1980, contemporâneo da mundialização financeira. Esse modo é marcado pela importância da lógica da especulação, ou seja, por decisões de compra (venda) de

ativos comandadas pela expectativa de revenda (recompra) com lucros em mercados secundários de ações, imóveis, moedas, créditos, *commodities* vários outros ativos. A financeirização é sistêmica e de escopo mundial, vale dizer, impacta as relações econômicas internacionais e as torna crescentemente transnacional, atravessadas, por fluxos de capital transfronteiriços capazes de influenciar o comportamento de economias nacionais (Bastos, 2013, p. 1).

A partir desse excerto fica evidente a importância nesse processo da perspectiva da internacionalização transfronteiriça, na qual as instituições internacionais podem vender seus serviços educacionais ou mesmo se instalar em outros países em aquisições ou fusões com instituições nacionais. Esse é um fenômeno que vem provocar mudanças na configuração da educação superior com impactos nas políticas educacionais, que vão desde aspectos ligados à qualidade do ensino, massificação da educação com a entrada cada vez maior de alunos nas instituições privadas e mudanças na forma de gestão que assume cada vez mais um caráter de mercado, preocupado com a eficiência e cumprimento das metas das instituições. Segundo Carvalho (2017) no que se refere aos aspectos administrativos, o objetivo é reduzir custos, maximizar o negócio, facilitar a entrada de investimentos e garantir lucros acima da média num curto espaço de tempo.

A acumulação do capital para Chesnais (1996, p. 15) é dada "pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira". Os oligopólios criam um espaço que estimula a rivalidade e barreiras que dificultam a entrada de novos concorrentes no setor. Esse espaço é a base da expansão desses grandes grupos, que também atuam de forma colaborativa e interdependente, ligando os grupos que dele fazem parte.

O processo de financeirização tem sustentado os grandes percentuais de crescimento da educação superior no Brasil. Principalmente, porque não existe ainda uma regulamentação que possa nortear, especificamente, sua forma de controle. Segundo Sousa, (2018) a ausência de legislação mais detalhada que regulamente a educação superior brasileira nesse sentido financeiro é algo pensado e orientado, para facilitar a entrada e implementação das aquisições e fusões dentro do Brasil. O autor evidencia que,

A marginalidade da financeirização da educação superior no Brasil em relação a legislação é algo muito próximo ao estilo de expansão orientado pelos organismos multilaterais internacionais. Portanto, o estímulo da financeirização e a inexistência de regulamentação foram politicamente orientados, ainda que isto não esteja disposto em dispositivos legais (Sousa, 2018, p. 73).

O autor ainda seguindo o seu raciocínio, evidencia que esse processo é subordinado ao neoliberalismo e ao capital financeiro, tendo como objetivo alterar a estrutura educacional como um todo, fazendo com que a educação superior cumpra o papel necessário na

mundialização do capital, de ser, ao mesmo tempo, formadora de mão de obras e tecnologias voltadas a suprir e ajudar o mercado, mas também ela própria um bem vendável, que sirva de campo aberto para a entrada do capital excedente e para a autovalorização de sua faceta financeira (Sousa, 2018, p. 74).

O processo de financeirização tem sérias repercussões nas políticas de educação superior no Brasil. Em primeiro lugar porque esse é um processo global no qual as políticas gestadas internacionalmente vão definindo as políticas da periferia do capital por meio de Declarações, Fóruns e Diretrizes. Segundo Akkari (2011) isso ocorre porque, com a abertura de fronteiras econômicas, cria-se na área educacional a possibilidade de atrair investimentos diretos e de empresas multinacionais. Essa realidade faz com que grupos econômicos regionais compostos por vários países incentivem seus estados membros a buscarem harmonizar suas políticas de educação, criando assim uma “Agenda Global” (Akkari, 2011, p. 940).

O debate sobre uma agenda global de educação, não é nova. Alguns autores falam sobre essa agenda com diferentes denominações e visões. Laval e Weber (2002), por exemplo, a chamam de uma nova ordem educacional mundial, um novo modelo educativo. Dale (2004) a nomeia de Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE). Akkari (2011, 2011), a denomina de internacionalização das políticas educacionais, e posteriormente passou a tratá-la como agenda internacional para a educação.

No entendimento de Laval e Weber (2002), a fase da globalização das economias, no que diz respeito à educação, caracteriza-se pelo domínio de um novo modelo de educação que é inspirado pela lógica da economia liberal e pela construção de uma nova ordem educacional mundial. Como porta-vozes universais, governos, grandes empresas de comunicações e dirigentes de organizações econômicas internacionais, promovem a difusão de um modelo de escolas nos principais fóruns mundiais, conforme as regras do livre comércio, as estratégias das grandes empresas multinacionais e com uma ideologia neoliberal que lhe dá sustentação.

No Brasil um marco para a implementação de políticas neoliberais e de abertura para o mercado foi o redirecionamento do papel do Estado para com as políticas sociais entre elas as políticas educacionais no âmbito do Consenso de Washington⁴ quando se evidenciou que eram necessárias mudanças visando uma reestruturação econômica nos países latino-americanos.

⁴ As discussões denominadas de “Consenso de Washington”, como as reformas políticas e de ajustes econômicos na América Latina, (1989), contaram com a participação de integrantes do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de representantes do governo dos Estados Unidos e de alguns países da América Latina. (Leme, 2010, p.130).

Registra-se dessa forma, o aprimoramento de uma tendência, cada vez mais, privatista, colocando explicitamente a necessidade de transferir para o setor privado muitas das prerrogativas do setor produtivo que eram realizadas pelo Estado, fortalecendo assim a competitividade e diminuindo seu papel frente à iniciativa privada.

Outro marco histórico, nesse contexto, foi a Conferência Mundial “Educação para todos”, em Jontiem na Tailândia, no ano de 1990, que Santos; Guimarães-losif & Chaves (2013) consideram como sendo o marco inicial das transformações sofridas pela educação na perspectiva neoliberal. Tanto o Consenso de Washington quanto a Conferência Mundial fundamentam-se na lógica de que o mercado é a fundamentação legítima da economia e da sociabilidade e de que a educação deve ser ofertada sob a forma de mercadoria-serviço, de acordo com os regulamentos de produção e de circulação de mercadorias (Santos; Guimarães-losif & Chaves, 2013). Tomando como referência essas recomendações aconteceram reformas nos diversos sistemas de ensino no mundo, de forma especial, reformas voltadas a incentivar as instituições a serem mais sensíveis às necessidades do capitalismo (Santos; Guimarães-losif & Chaves, , 2013).

A orientação político-econômica neoliberal trouxe consigo consequências muito fortes para a educação. Antunes e Alves (2004) afirmam que uma das consequências na educação é o surgimento de fenômenos, como

- a) Proliferação de IES privadas no país; b) Sucateamento do aparato de ensino público; c) Alto controle social e formação de mão de obra aligeirada e barata; e, d) Crescimento do volume de recursos públicos para financiar ações privadas, de forma especial no ensino superior (Antunes & Alves, 2019, p. 338)

Essa informação nos faz evidenciar a crescente oferta de vagas na rede privada e também uma forte transformação dos estudantes brasileiros em consumidores da educação, que segundo Azevedo (2015, p. 4), “pagam diretamente anuidades escolares ou que são financiados por intermédio de bolsas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI)⁵ ou pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁶”. Esses programas alocaram recursos financeiros de ordem

⁵ O Programa Universidade para Todos (Prouni) é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior (INEP, 2019).

⁶ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 10.260, de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e oferecidos por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa (INEP, 2019).

pública em instituições privadas, garantindo também isenções fiscais para instituições que aderissem a essas medidas.

Esses programas são exemplos de como o Estado atua em favor do capital. Uma forma utilizada constantemente para a superação das crises financeiras dos últimos trinta anos, consiste na presença do fundo público para amparar as instituições financeiras com dificuldades de manter-se no mercado (Salvador, 2010), dentre elas as IES privadas, que tentam sobreviver à custa dos impostos dos cidadãos.

O mesmo autor destaca que,

Com a financeirização da riqueza, os mercados financeiros passam a disputar cada vez mais recursos do fundo público, pressionando pelo aumento das despesas financeiras do orçamento estatal, o que passa pela remuneração dos títulos públicos emitidos pelas autoridades monetárias e negociados no mercado financeiro, os quais se constituem importante fonte de rendimentos para os investidores institucionais. Com isso, ocorre um aumento da transferência de recursos do orçamento público para o pagamento de juros da dívida pública, que é o combustível alimentador dos rendimentos dos rentistas. Nesse bojo, também se encontram generosos incentivos fiscais e isenção de tributos para o mercado financeiro à custa do fundo público (Salvador, 2010, p. 606).

É evidente a participação do Estado brasileiro na indução do processo de privatização educacional, através do incentivo livre à política mercadológica e adoção de medidas mercantis no setor público. Assim, a educação superior formal passa a ser concebida, inteiramente, como um negócio, cabendo ao Estado o simples papel de gerir a política educacional, trazendo, cada vez mais, o perfil mercantil para a educação superior privada.

Outra forma que se apresenta no processo de mercantilização da educação superior é a formação dos grandes oligopólios educacionais. Entende-se que a inserção do setor educacional no mercado de ações é fruto das diversas transformações vivenciadas no mercado financeiro mundial. Chaves (2019) afirma que,

[...] as novas estratégias de acumulação de capital no setor educacional por meio do mercado de capitais fazem parte das transformações ocorridas no mercado financeiro mundial de liberação e desregulamentação dos fluxos financeiros, da interligação dos mercados, da criação de inovações financeiras e de fundos de investimentos institucionais, que estudiosos denominam de processo de financeirização (Chaves, 2019, p. 2).

Isso aconteceu, justamente, pelo desenvolvimento do setor privado-mercantil, no que se refere à educação superior brasileira, que acaba por assumir um novo perfil, por meio da entrada na bolsa de valores, que se deu a partir no ano de 2007. Embora algumas iniciativas já vinham sendo delineadas desde 2001 (Ruas, 2015), com a parceria firmada entre a Apollo Internacional e o Grupo Pitágoras (do estado de Minas Gerais), que teve durabilidade de cinco

anos, sendo a parte da Apollo comprada pelo grupo mineiro. Considera-se essa parceria como o marco do processo de mercantilização da educação superior no Brasil (Ruas, 2015).

Em nível nacional vários fatores contribuíram para facilitar a implementação da formação desses oligopólios. Em primeiro lugar a falta de normatização para a formação de oligopólios. No vácuo de normatizações é evidente o aumento de matrículas nesse nível de ensino. Segundo Sousa (2018) “em apenas sete anos o percentual de matrículas abocanhadas pelas instituições de ensino que possuem capital aberto e investimento em bolsas de valores passou de 7% a 8% em 2007 para 31% em 2014”. (Sousa, 2018, p. 42). Ainda segundo o autor, ao analisar os dados é possível perceber que os grandes percentuais de crescimento acontecem justamente nas instituições privadas que contam com capital aberto, ou mesmo sendo “majoritariamente de algum grupo educacional de caráter internacional que investe em bolsas de valores fora do Brasil” (Sousa, 2018, p. 42).

Para Oliveira (2009) o marco central dos processos de fusões e aquisições é deflagrado a partir da aquisição da Universidade Anhembi Morumbi, pelo Grupo americano Laureate International Universities, no ano de 2005, e, em um segundo momento pelo caso da Anhanguera Educacional, que quando fundada, em 1994, era concebida sem fins lucrativos, mas, em 2003, transforma-se em Sociedade Anônima (S.A), forma organizacional idealizada e preparada para futura abertura de seu capital na bolsa de valores.

O crescimento exponencial da financeirização a partir do ano de 2007, transformou a educação como direito em um bem de serviço, com características extremamente comerciais. Entendemos que a educação, em nenhuma circunstância, pode deixar de ser um direito garantido a todos constitucionalmente. Concordamos com (Costa, 2011), para quem o processo de financeirização da educação, em sua maioria, não tem dado conta de preparar e formar cidadãos para o mercado de trabalho, mas sim tem exercido um papel de formar mão de obra mais barata, sendo educada para produzir em maior quantidade nos processos de produção, buscando exatidão e trabalhando com forte conhecimento técnico.

A presença de grupos internacionais no mercado educacional brasileiro: a internacionalização sob uma nova lógica

A nova configuração que a internacionalização vem assumindo com a entrada de grupos estrangeiros na oferta da educação superior tem contribuído para a consolidação da mercantilização desse nível de ensino o que vem provocando um excessivo processo de privatização da educação brasileira, formando grandes oligopólios, no contexto de abertura de

capital dos conglomerados educacionais na bolsa de valores. Bittar e Ruas (2012) evidenciam que a mercadorização da educação superior no Brasil é intensificada por meio do processo de inserção da sociedade do nosso país na economia globalizada e competitiva.

Bittar e Ruas (2012) concebem ainda que a formação desses oligopólios acontece por “empresários que mantêm vínculos com grandes bancos de investimentos norte-americanos que entraram no país, investindo enormes cifras para garantir sua presença nas IES brasileiras”. Esse movimento propiciou a entrada do capital financeiro na educação superior, promovendo a internacionalização da oferta educacional, contribuindo também para sua financeirização. A alternativa encontrada pelos grandes grupos de ensino foi justamente se converterem em uma espécie de plataforma de valorização de capitais monetários disponíveis para aplicações financeiras.

Outra grande mudança, que vai interferir diretamente no processo de expansão da internacionalização do ensino superior privado é a inserção do capital especulativo, por meio da entrada de grupos estrangeiros no mercado de ações nas bolsas de valores. Existe um aumento na perspectiva dos movimentos especulativos, trazendo um forte perfil mercantilista para o ensino superior, que por vezes, tem sido denominado como privado-mercantil, por diversos autores, como Chaves (2010) e Lima (2019).

Segundo Santos; Guimarães-losif & Chaves (2013) o destaque desses grupos de capital estrangeiro é uma gestão profissionalizada e corporativa, que visa a obtenção de lucros e transforma o aluno em geradores desses lucros. Essa perspectiva acaba por gerar uma forte concorrência entre os grupos de capital aberto no Brasil. A partir do ano de 2007 diversas IES privadas passaram por aquisições/fusões junto a conglomerados internacionais de ensino, os quais acabam desenvolvendo a dominância do mercado mundial, com uma forte intenção de absorver as empresas menores e formar oligopólios. Chaves (2010) afirma que,

O processo de mercantilização do ensino superior brasileiro vem adquirindo novos contornos. Observa-se um forte movimento de compra e venda de IES no setor privado. Além de fusões, que têm formado gigantes da educação, as “empresas de ensino” agora abrem capital na bolsa de valores, com promessa de expansão ainda mais intensa e incontrolável. São quatro as empresas educacionais que mais se destacam nesse mercado de capitais: a Anhanguera Educacional S.A, com sede em São Paulo; a Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro; a Kroton Educacional, da Rede Pitágoras, com sede em Minas Gerais; e a empresa SEB S.A., também conhecida como “Sistema COC de Educação e Comunicação”, com sede em São Paulo. É importante ressaltar que grande parte do capital dessas empresas é oriunda de grupos estrangeiros, em especial, de bancos de investimentos norte-americanos, que encontraram, nesse setor, um mercado muito favorável ao aumento de seus lucros (Chaves, 2010, p. 491).

É possível perceber que os grandes percentuais de crescimento acontecem justamente nas instituições privadas que contam com capital aberto, ou mesmo sendo “majoritariamente de algum grupo educacional de caráter internacional que investe em bolsas de valores fora do Brasil” (Sousa, 2014, p. 42). Chaves (2010) também aponta que essas “empresas de ensino” conseguem reduzir seus custos operacionais, por meio da compra de materiais e equipamentos em grandes quantidades, podendo assim aumentar sua margem de lucro e diminuir significativamente o valor de suas mensalidades, o que acaba inviabilizando o funcionamento de instituições de pequeno porte como as faculdades.

A liberalização e desregulamentação são os fatores primordiais para a privatização da educação superior, havendo um incentivo à expansão do setor privado na medida em que o Estado adota mecanismos de imunidade e isenção fiscal para este segmento. No Brasil esses fatores permitiram que uma gama de empresas da educação realizasse a abertura de capital ou Initial Public Offering – IPO (Oferta Pública Inicial), que corresponde à venda de ações da empresa na Bolsa, além de compras e fusões de outras IES, a partir de 2007

No ano de 2007 considerado o marco da expansão desses conglomerados no Brasil, ressalta-se a entrada da Laureate Internacional Universities, que se espalhou por todo o país, atuando praticamente em todas as regiões passando a ser um dos conglomerados mais expressivos presente no Brasil, formado por 12 instituições de ensino que possuem mais de 40 campi em oito estados brasileiros.

Segundo dados da CM Consultoria (2015) durante o período de 2008/2009 o crédito abundante permitiu um avanço nas fusões e aquisições, chegando a totalizar 56 operações, em 2010 e 2011 totalizando apenas 12 operações. Como destaque dos últimos anos e mais relevantes no setor educacional brasileiro é importante mostrar os movimentos das principais companhias educacionais (Quadro 1).

Quadro 1 - Fusão e Aquisição dos principais oligopólios no País e valor dos negócios realizados (2012 a 2015)

Instituição Compradora	Data	Instituição Adquirida	Valor do Negócio
KROTON EDUCACIONAL	Maio/2012	UNIASSEVI	R\$ 510 milhões
GRUPO LAUREATE	Janeiro/2013	Integralização de sua participação acionária no capital social da Anhembi Morumbi	R\$400 milhões (estimado)

GRUPO LAUREATE	Agosto/2013	Aquisição do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)	R\$ 1 bilhão (estimado)
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES	Agosto/2013	Aquisição da UNISEB	R\$ 615 milhões
ÂNIMA/GAEC	Abril/2014	Aquisição da Universidade São Judas	R\$ 320 milhões
SER EDUCACIONAL	Dezembro/2014	Aquisição da UNISEB	R\$ 199 milhões
ÂNIMA/GAEC	Dezembro/2014	UNIJORGE e UVA	R\$ 1,14 bilhões

Fonte: CM Consultoria, 2015.

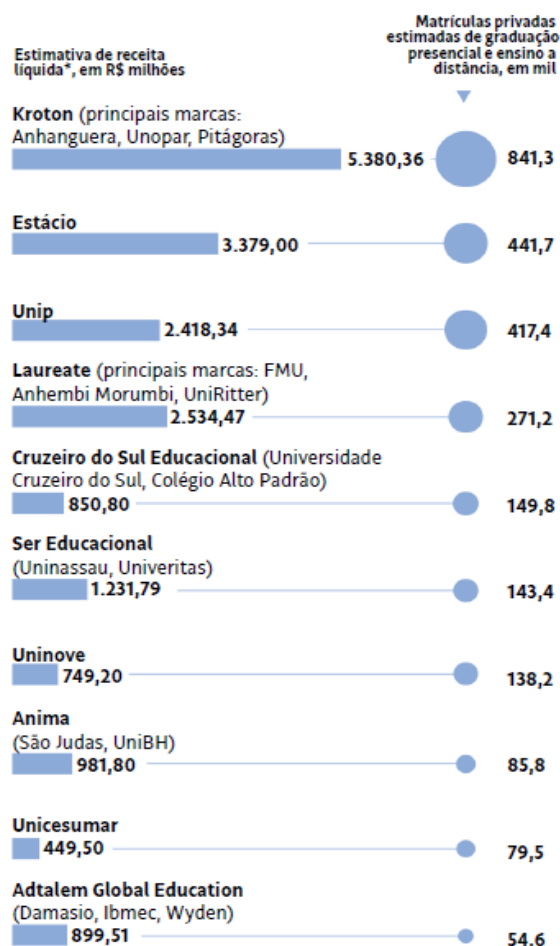
Os valores de compra das instituições revelam que as funções e aquisições movimentaram um montante de recursos extremamente significativos. A Kroton, maior empresa nacional, movimentou em 2012 o total de 510 milhões, seguida em 2013 pela Estácio Participações com um total de 615 milhões. Entre os grupos Internacionais a Laureate é o destaque com duas aquisições no ano de 2014. O que demonstra que esse é um negócio extremamente atrativo, principalmente porque essas instituições contavam com o financiamento proveniente do fundo público para o pagamento das mensalidades dos alunos. A CM Consultoria (2015) enfatiza que a tendência desse processo, mesmo acontecendo em volume e velocidade menor, no que se concerne fusões e aquisições, continua a nortear o mercado do ensino superior privado brasileiro. A CM Consultoria também destaca que

Além do ensino privado estar cada dia mais desnacionalizado, ele também passa por um processo de monopolização. Segundo relatório “Fusões e Aquisições no Ensino Superior - Panorama 2007-2014”, atualmente, 1.091.486 de estudantes são tratados como mercadoria, a peso de ouro, pela Kroton/Anhanguera; 216.000 da Laureate e 325.166 da Estácio. 37 grupos dominam as mais de dois milhões de matrículas no setor privado desnacionalizado, os três grupos citados acima representam 63,74% dessas matrículas. Entre 2001 e 2014, ocorreram 59 transações, entre fusões e aquisições. Neste período, o capital financeiro internacional gastou R\$ 7 bilhões para abocanhar as vagas nas universidades. No total (divulgado) entre 2007 e 2014 do que já foi gasto com a compra de universidades privadas brasileiras por outras também brasileiras e fundos de investimentos internacionais somam R\$ 11.027.898.546 bilhões (CM Consultoria, 2015, p. 4).

O relatório demonstra, além dos números extremamente expressivos, que caracterizam a mercantilização da educação de forma veemente, evidências de uma forte monopolização da educação em seu processo de desnacionalização, por parte desses conglomerados. Torna-se evidente a formação de grandes oligopólios na educação superior privado-mercantil brasileira, descaracterizando o papel emancipador da educação e proporcionando, de forma cada vez mais efetiva o ranqueamento da educação superior.

Na Figura 1 é apresentado o Ranking dos maiores conglomerados presentes no Brasil, com dados referentes a 2017, divulgados pela Folha de São Paulo, tendo como fonte a Hoper Educação

Figura 1 - Ranking das dez maiores empresas de ensino superior do país, em 2017



Fonte: Hoper Educação, 2017.

Os dados mostram o Ranking dos dez maiores oligopólios em atuação no país. O grupo Kroton é uma das maiores organizações educacionais privadas do Brasil e do mundo, com matrícula de 841,3 mil alunos e uma receita estimada em torno de R\$5.380.000,36. Seguida da Estácio com 441,7 mil matrículas e um lucro estimado de R\$3.379.000,00.

Essa nova configuração que o ensino superior assume é fruto da abertura de ações na bolsa de valores as quais acabam desenvolvendo a dominância do mercado mundial, com uma forte absorção de empresas menores, formando grandes oligopólios. Salienta-se que a formação de oligopólios vai interferir diretamente na atuação das demais instituições privadas, de porte menor, que travam uma grande luta junto a esses conglomerados em um contexto econômico que não favorece a sua permanência no mercado.

Esse processo tem reflexo nas políticas educacionais que perpassam por um forte processo de flexibilizações e favorecimentos, desencadeando uma fase de grandes arranjos na educação superior privada. Para Antunes e Alves (2004) para se adotar uma ideologia de mercado global as “IES privado-mercantis” acabam por acatar algumas medidas necessárias

Grande abrangência física e de atividades; b) Alta racionalidade; c) Criação de sistemas de avaliação da qualidade do ensino; d) Modelo de gestão gerencial; e) Alterações curriculares e pedagógica (Antunes & Alves, 2004, p. 339).

Nesse contexto, a educação adota cada vez mais os mecanismos de mercado se aproximando da forma de organização mercantil. O que está subentendido é a promoção de uma grande liberalização e abertura de capital estrangeiro, visando potencializar os lucros das empresas que investem no setor educacional. Isso justifica o pensamento de que o desenfreado crescimento do setor privado ganha novas estruturas a partir da entrada de grupos empresariais na bolsa de valores.

Esse movimento de financeirização e formação de oligopólios no ambiente educacional torna evidente que sua categorização como serviço e se encaminha em busca da lógica de empreendedorismo, competitividade, eficiência, racionalização dos custos, centrada na preocupação para os lucros e dividendos dos acionários, colocando em segundo plano alunos e docentes que estão envolvidos diretamente no ambiente educacional.

Considerações finais

Neste estudo evidenciou-se as influências do processo de globalização nas diferentes concepções de internacionalização com destaque para o campo da educação superior, que por ser produtora de conhecimento tem um papel diferenciado na adequação dos processos de trabalho às exigências do capital, aprofundado pelo desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação. O que se coloca em relevo, pois, é a promoção de uma pauta educacional fundamentada na lógica do mercado, intensificada por relações de produtividade e competitividade no âmbito do capitalismo avançado, na qual o conhecimento é considerado a fundamental força produtiva.

Nesse contexto no qual a economia é o foco principal, as decisões das políticas educacionais, têm sido direcionadas por uma agenda global, que tem induzido políticas educacionais em consonância com as exigências do mercado e mais adequado ao processo de financeirização em escala global.

A financeirização modificou o conceito de internacionalização da educação superior, ampliou as fronteiras entre o público e o privado e permitiu aquisições/fusões de instituições internacionais e nacionais permitindo a formação de grandes oligopólios educacionais. É nesse novo formato de oferta da educação superior, que as IES privadas, algumas inicialmente de cunho familiar, que trabalhavam como Sociedade Limitada passam a integrar grupos financeiros, visando uma maior valorização e circulação do seu capital

No Brasil essas políticas de liberalização, privatização e desregulamentação mudaram a configuração da educação superior. Na atualidade, os oito grandes aglomerados educacionais detém mais de 1,5 milhão de matrículas presenciais e a distância, financiados na sua maioria com recursos do fundo público propiciado por programas governamentais como o FIES e o Proni.

Há assim um grande crescimento do setor privado-mercantil proveniente do processo de mercantilização no atual estágio do capitalismo denominada de mercantilização de novo tipo, que vem sendo caracterizada como um processo que viabiliza uma tendência de controle, incorporação e a aquisição de IES por conglomerados econômicos, ligados principalmente ao setor financeiro.

Referências

- Akkari, A. (2011). *Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- Antunes, R. & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGpp/?format=pdf./Consulta:15/07/2022>.
- Azevedo, M. L. N.de. (2015). *Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado*. *Crítica Educativa (Sorocaba/SP)*, v. 1, n. 1, p. 56-79. Disponível em: <https://oaji.net/articles/2016/2991-1455533130.pdf/Consulta:2/06/2022>.
- Banco Mundial (1995). *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencias*. Washington: Banco Mundial [1994]. Disponível em: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/La-ensenanza-superior-las-lecciones-derivadas-de-la-experiencia/Consulta:20/04/2021>.
- Bastos, P. P. Z. (2013). *Financeirização, crise e educação: considerações preliminares*. Instituto de Economia de UNICAMP. Disponível em:

- <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3256/TD217.pdf>/Consulta: 10/06/2022.
- Bem, A. de P. (2009). *Financeirização: uma abordagem marxista*. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18812>/Consulta: 15/07/2022.
- Bittar, M. & Ruas, C. M. S. (2012) *Expansão da Educação Superior no Brasil e a formação dos oligopólios – hegemonia do privado mercantil*. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 29, p. 115-133. Disponível em: /Consulta: 15/05/2022.
- Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF., Diário Oficial da União, 23 dez. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm/Consulta: 9/07/2020.
- Carnoy, M. (2002) *Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber / tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira*. Brasília : UNESCO. Disponível: <http://precog.com.br/bc-texto/obras/ue000296.pdf>/Consulta: 15/11/2021.
- Castro, A. M. D. A. (2011). *Da ótica da solidariedade à lógica do mercado: as estratégias de internacionalização do ensino superior*. XXV Simpósio Brasileiro II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0016.pdf>/Consulta: 15/07/2022.
- Carvalho, C. H. A. (2017). *A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas*. *Revista Brasileira de Educação* v. 18 n. 54 jul.-set. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pQPdZ9QyVRTz6qBm83HNxK/abstract/?lang=pt/> Consulta: 10/06/2022.
- Chaves, V. L. J. (2010). *Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação de Oligopólios*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/SFTYDmV3zhBxdfTPRVBR78m/abstract/?lang=pt> /Consulta: 05/06/202.
- Chaves, V. L. J. (2019). *Financeirização e Expansão do ensino superior privado-mercantil no Brasil*. In: 5a. Conferência da Associação Forges, 2015, Coimbra. *Anais da 5a. Conferência da Associação FORGES*. Lisboa: Universidade de Lisboa, v. 1. p. 1-16. Disponível em: /Consulta: 05/06/2021.
- Chaves, V. L. J.; Reis, L. F. & Guimarães, A. R. (2018). *Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil*. *Acta Scientiarum Education*, v. 40, n. 1, 2018.
- Chesnais, F. (1996). *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.
- CM consultoria. (2014). *Fusões e aquisições no Ensino Superior. Panorama 2007-2014, Relatório Online*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5607547-Fusoes-e-aquisicoes-no-ensino-superior.html>/Consulta: 3/05/2021.

- Costa, F. L. O. C. (2011). A mercantilização da educação no Brasil sob a lógica da especulação financeira. *Fineduca*, v. 1, n.7, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/23683> /Consulta: 3/05/2021.
- Dale, R. (2004). Globalização e educação: Demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação. *Educação e Sociedade*. v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000200007&script=sci_abstract&tlng=pt/Consulta: 2/03/2021.
- Dias Sobrinho, J. (2004). Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? *Revista Brasileira de Educação*. n. 28, p. 164-173, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci_arttext/ Consulta: 15/05/2020.
- DINIZ, J. A. R., OLIVEIRA, J. F. a de & LIMA, D. da C. B. P. (2021). A mercantilização da educação superior no Brasil: financeirização e oligopolização. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 59, n. 61, p. 1-19. Disponível em: <file:///C:/Users/Regina/Downloads/mmaeditora,+8.+A+mercantiliza%C3%A7%C3%A3o+da+educa%C3%A7%C3%A3o+superior....pdf>/Consulta: 8/05/2022.
- Harris, S., & Wheeler, C. (2005). Entrepreneurs relationships for internationalization: functions, origins and strategies. *International Business Review*, v. 14, p. 187-207.
- Kameyama, Ruy (2001). *Visão Geral das Atividades de Private Equity*. Monografia. Rio de Janeiro, 2001. file:///C:/Users/wanes/Downloads/RUY_KAMEYAMA_RUY_KAMEYAMA_VIS_AO_GERAL_DA.pdf. Consulta: 27/06/2022.
- Kato, F. B. G. (2019). As novas feições do ensino superior privado-mercantil brasileiro no contexto do capitalismo de predominância financeira. 39ª Reunião Nacional da ANPEd GT11 - Política de Educação Superior. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/category/trabalho/?grupo_trabalho=gt11-politica-de-educacao-superior /Consulta: 10/06/2021.
- Knight, J. (1999). Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. *Journal of Studies in International Education*, v. 8, n. 1, p. 5-31. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225084130_Internationalization_Remodeled_Definition_Approaches_and_Rationales/5/06/2022.
- Laval, C. & Weber L. (2002). *Le nouvel ordre éducatif mondial*. Paris: Nouveaux Regards, Syllepse.
- Leme, A. A. (2010). Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 32. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000100008 /Consulta: 9/06/2022.

- Lima, J. P. C. (2019). Financeirização e Oligopolização no Ensino Superior Privado-Mercantil Brasileiro: a sestra e a destra numulárias no âmago da educação. *Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v. 9, n. 2. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/82457> /Consulta: 10/06/2022.
- Lobo, G. M. de O. (2021). Expansão e interiorização da pós-graduação stricto sensu da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte: avanços, limites e contradições. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50096>/Consulta: 15/04/2023
- Miranda, J.; Bentes, J. (2017). Internacionalização: dificuldades na gestão das IES brasileiras. *In: Bentes, J. et al. (orgs.). Gestão no ensino superior: governança internacional*. Rio de Janeiro: Wak, p. 91-108.
- NETTO, J. P. & BRAZ, M. (2009). *Economia política: uma introdução crítica*. (5 edição), v. 1. São Paulo: Cortez.
- OCDE (2019), Revisão por Pares da OCDE sobre Legislação e Política de Concorrência: Brasil www.oecd.org/daf/competition/oecd-peer-reviews-of-competition-law-and-policy-brazil-2019.htm/ Consulta: 22/05/2022.
- Oliveira, R. P. (2009). A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, v. 30, n. 108, p. 739-760. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sM4kwNzqZMk5nsp8SchmkQD/?lang=pt&format=pdf> /Consulta: 15/07/2022.
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrabel. (2. edição) Rio de Janeiro: Contraponto.
- RUAS, Cláudia Mara Stapani. *Grandes oligopólios da educação superior e a gestão do grupo anhanguera educacional (2007-2012)*. 2015. 311 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2015/Consulta: 27/07/2022.
- Salvador, E. (2010). *Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo*. Serv. Soc. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JjjhnQzh9FGx9q3t7WsT35g/abstract/?lang=pt>/Consulta: 10/07/2022.
- Santos, A.V. dos (2018). *A hegemonia do capital na rede de governança do fundo de financiamento estudantil (FIES)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Católica de Brasília, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/wanes/Downloads/Aline%20Veiga%20Tese.pdf> /Consulta: 17/07/2022.
- Santos, Aline Veiga; Guimarães-Iosif, Ranilce Mascarenhas; Chaves, Vera Lúcia Jacob (2013). *Formação dos oligopólios na educação superior privada brasileira: sobreimplicação no trabalho docente*. *Revista Educação em Questão*.
- SIUFI, G. (2009). *Cooperación internacional e internacionalización de la educación superior*. *Educación Superior y Sociedad - Nueva época*, v. 14. Disponível em:

<http://ess.iesalc.unesco.org.ve/index.php/ess/article/view/55/42>/Consulta: 15/05/2022.

Soares, C. F. Z. (2018). A financeirização da educação superior brasileira: o caso do Grupo Kroton. Dissertação (Mestrado em Educação). UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193603> /Consulta: 4/05/2022.

Sousa, J. A. E. (2018). Financeirização da educação superior privado-mercantil e sua (não) legalidade. Dissertação (Mestrado). UFPA. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/joseaugusto.pdf> /Consulta: 5/05/2022.

UNESCO (2009). Conferência Mundial sobre Ensino Superior. As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4512-conferencia-paris&Itemid=30192/Consulta: 10/05/2022.

Vale, A. A, Carvalho, C. A. & Chaves, V. J. (2014). Expansão privado-mercantil e a financeirização da educação superior brasileira. *In*: CABRITO, B. et al. Os desafios da expansão da educação em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização. Lisboa: Educa. p.199-220/ Consulta: 23/05/2

Autoras

Maria Wanessa do Nascimento Barbosa Franco

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Atua como Coordenação Pedagógica na Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte.

Linha de Pesquisa em Internacionalização do Ensino Superior privado mercantil, com ênfase em Governança Corporativa e trabalho docente

wanessabfranco@gmail.com.

<http://lattes.cnpq.br/7833611053373516>

Alda Maria Duarte Araújo Castro

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe
Mestre em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Pós-Doutorado na Universidade de Coimbra
Pesquisadora integrante da Rede Universitas/Br
Linha de Pesquisa em Políticas de Formação de Professores, Políticas de Educação a
Distância e de Educação Superior.
aldacastro01@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6740-6257>

Como citar o artigo:

FRANCO, M. W. do N. B.; CASTRO, A. M. D. A.. La Educación Superior en Brasil: el proceso de internacionalización mercantil en el contexto de la financiarización del capital. **Revista Paradigma**, Vol. XLIV, Edição Temática Nro. 4: Políticas Educacionais em Tiempos de Mercantilización, Sept. de 2023 / 254 – 277. DOI: